



Anais da Assembléia

147

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DO PERÍODO DE SESSÕES
EXTRAORDINÁRIAS, CONVOCADO PELO EXCELEN-
TÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, PARA
FUNCIONAR NO PERÍODO DE 08 A 22 DO CORREN-
TE MÊS.

REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1986.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Artagnão Mattos Leão.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielise Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos e Werner Wenderer (26).

Verificada a existência de número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente declara instalado o período de Sessões Extraordinárias, convocado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, para funcionar no período de 08 a 22 do corrente mês.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 155/86

Curitiba, 02 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta. Os valores propostos visam assegurar os recursos necessários para fazer face à rolagem do Serviço da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta vencíveis em 1987, conforme Decreto-Lei n. 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Da receita total prevista, no montante de Cz\$ 24.547,0 milhões incluem-se Cz\$ 7.875,6 milhões de recursos provenientes de operações de crédito, indispensáveis para complementar a receita ordinária e o volume de transferências federais, insuficientes para a execução da programação financeira do Tesouro Estadual.

Do total das operações de crédito previstas, Cz\$ 5.143,6 milhões serão de origem externa, sendo que Cz\$ 572,3 milhões referem-se a ingressos de operações já contratadas e Cz\$ 1.536,2 milhões deverão ser captadas através de contratação de empréstimos em moeda estrangeira, no valor equivalente a US\$ 112,0 milhões.

Como é do conhecimento dessa Augusta Assembléia, a par da aprovação do anteprojeto em encaminhamento, o Governo do Estado solicitará a necessária autorização do Senado Federal, como condição prévia à efetivação dos empréstimos externos, tendo em vista o contido no inciso IV, do art. 42, da Constituição Federal.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 285/86

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 112.000.000 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), de forma a complementar os recursos necessários para fazer face à rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta, no exercício de 1987, conforme o Decreto-Lei n. 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único - A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos externos, previstos no artigo 1º, destinados a entidades da administração direta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 3º - Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos e financiamentos a serem tomados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Parágrafo Único - O pagamento, mesmo que em moeda nacional, de quaisquer comissões legais e outras despesas, somente poderá ser efetuado a representante de banco estrangeiro, autorizado a operar no país e devidamente credenciado pelo Departamento de Organização e Autorizações Bancárias - DEORB, do Banco Central do Brasil.

Art. 4º - O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 156/86

Curitiba, 03 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 016/86, celebrado em 22 de outubro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM -, objetivando a transferência do controle da navegação interior de travessia no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 157/86

Curitiba, 03 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 015/86, celebrado em 13 de outubro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Curitiba, objetivando a ação conjunta no sentido do manilhamento de vias públicas do Município signatário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Emenda:



EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI N. 92/86



Inclua-se onde couber o seguinte art:

"Art. - O cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social será exercido, privativamente, por profissional legalmente habilitado e com formação de jornalista, radialista, relações públicas ou publicitário."

Sala das Sessões, em 08.12.1986.

(a) AIRTON CORDEIRO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está aprovada a ata.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Lideran-

ça do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, apenas para comunicar à Mesa e ao Plenário, que estou encaminhando Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n. 66/86, que cria Secretaria de Estado da Comunicação Social. E por esta Emenda, o cargo de Secretário deverá ser ocupado privativamente por profissional legalmente habilitado e com formação de jornalista, radialista, relações públicas ou publicitário.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n. 92/86, de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente. À C.C.J., para ser juntado ao referido Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 103/86 à 110/86.

Levanta-se a sessão.